

O MUSEU NACIONAL E O ENSINO DAS CIÊNCIAS NATURAIS NO BRASIL NO SÉCULO XIX*

MAGALI ROMERO SÁ e HELOÍSA MARIA BERTOL DOMINGUES

RESUMO - Este trabalho registra a relevância dos cursos públicos do Museu Nacional no século XIX, para o ensino das ciências naturais na época. Ao longo de todo o período imperial, o Museu Nacional desenvolveu, além de práticas científicas, atividades de apoio ao ensino das ciências naturais em diversas instituições. A sistematização, porém, do ensino público de especialidades do Museu como a botânica, agricultura, zoologia, mineralogia, geologia e antropologia, somente teve início em 1876. Os cursos públicos foram populares na época do Império, freqüentemente gerando polêmicas em relação à posições antagônicas dos palestrantes em temas filosófico-científicos.

ABSTRACT - The work records the relevance of the public lectures of nineteenth-century Museu Nacional for the teaching of natural history at the time. Besides its trivial activities, the Museu provided material and logistic support to institutions devoted to teaching natural history during all of the Imperial period. The systematic teaching of the Museum's most characteristic disciplines, such as botany, agriculture, zoology, mineralogy, geology and anthropology, was only initiated in 1876. The public lectures were popular in Brazil's Imperial times, and frequently generated polemics due to antagonistic views regarding philosophical and scientific subjects.

Introdução

Fundado em 1818 com o objetivo de "propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil",¹ o Museu Nacional desempenhou, desde os primórdios de seu funcionamento, papel preponderante como gerador e divulgador do conhecimento científico. Enquanto divulgador científico manteve permanentemente a sua exposição e, colaborou com escolas e faculdades do Império, tendo também participado ativamente da educação através de cursos populares inaugurados em 1876.

A interação do Museu Nacional com as instituições de ensino do Império deu-se pela utilização de seus espaços para aulas práticas, principalmente do seu laboratório químico criado ainda em 1824, e pela doação de material mineralógico, botânico e zoológico à escolas. Ainda que a doação deste material que

* Este trabalho, parte do "Projeto Memória do Museu Nacional", coordenado pelo professor Arnaldo Campos Santos Coelho, teve uma primeira versão apresentada no congresso "Reflexões sobre Artes e Ciências no Período da Monarquia no Brasil (1808-1889)", Rio, UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, 27-29/Nov./1995. O levantamento de dados contou, em parte, com o auxílio da bolsista do CNPq, Jaciara Medeiros, da pesquisa coordenada pela professora Maria Amélia M. Dantes: "Os Projetos Modernizadores no Brasil". Agradecemos ainda a Alfredo T. Tolmasquin pela leitura e sugestões. 1. Decreto de criação do Museu por D. João VI (AAHC-MN, Pasta 01, Doc. 2, 1818)..

tinha finalidade didática, não representasse atividade prevista originalmente em seus estatutos, constituiu-se o Museu, desde a sua fundação, em "um centro irradiador e de apoio às atividades de ensino das ciências naturais" (Lopes, 1993: 334).

Em 1832, reiterava já o Ministro dos Negócios do Império (Ministério a quem o Museu estava administrativamente subordinado) em seu relatório anual, que a existência de um acervo zoológico, botânico, mineralógico e de utensílios indígenas no Museu, bem como de um laboratório químico em funcionamento e equipado com instrumentos de física e mecânica, colocavam a Instituição em condições de abrigar um "Colégio de Ciências Físicas" (Relatório do Ministério do Império referente a 1832, p. 18). Dois anos depois, o ministro substituto reiterou que a criação de uma "Escola de Ciências Físicas" no Museu geraria "*conhecimento do valor real e superioridade das nossas produções naturais*". Assinalou ainda, que a Biblioteca Nacional deveria ser suprida com um maior número de obras de história natural, tendo recomendado a aquisição, por exemplo, de relatos de naturalistas viajantes como os de Spix e Martius e Saint Hillaire, ambos recém publicados (Relatório Anual de 1834, Ministério do Império, p. 10-14).

À partir de 1870, foram introduzidas reformas políticas e sociais no país que resultaram, dentre outras medidas, na maior priorização do ensino em geral, tendo sido criadas novas escolas e modificado o currículo escolar de algumas delas e das faculdades do Império. Em 1874, a Escola Central passou a ser denominada Escola Politécnica, e o Curso de Ciências Físicas e Matemática da primeira foi subdividido nos cursos de "Ciências Físicas e Matemática" e "Ciências Naturais e Matemática", passando a formar bacharéis nestas especialidades (Telles, 1984: 85). Neste contexto, foram instituídas as conferências populares na Corte, iniciativa que incluiu os "Cursos Públicos do Museu Nacional", cuja temática versava exclusivamente sobre as suas especialidades, as ciências naturais. Outras instituições também iniciaram, à época, programas similares de conferências públicas, sendo freqüente ver nos jornais anúncios de palestras sobre os mais diversos temas científicos. Em sua maioria, tais conferências eram prestigiadas pelo Imperador, que demonstrava sempre grande interesse em acompanhar o desenvolvimento dos estudos científicos e literários na Corte (Collichio, 1988:43).

Em 1873, por exemplo, foram instituídas as "Conferências Populares" da Freguesia da Glória no Rio de Janeiro, pela Sociedade Promotora da Instrução Pública que, à época, era presidida pelo conselheiro e senador do Império, Manoel Francisco Correia. Estas tinham como objetivo a divulgação da ciência e da cultura e realizaram-se regularmente até 1889, quando foram interrompidas, tendo sido retomadas após as turbulências da mudança de regime de governo, em 1891 (Fonseca, 1996: 135). Além das mencionadas conferências, em 16 de maio de 1876, a Escola Normal de Niterói promoveu o "Curso Popular de Química", que teve preleções regulares durante todo aquele ano (Jornal do Commercio, 16.V.1876). Cabe mencionar ainda as conferências promovidas pela Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina Atheneu Acadêmico que, iniciadas em julho de 1876, abordaram em sua primeira preleção a questão científica da "geração espontânea" (Jornal do Commercio, 07.VII.1876). Em meio à estas iniciativas intelectuais, em 1875, o Museu Nacional iniciou uma prévia do que seriam os seus "Cursos Públicos", subseqüentemente ministrados, por mais de dez anos, pelos diretores e vice-diretores das diferentes Seções do Museu. Só no ano de 1876, além das conferências do Museu, nada menos do que 6 cursos populares foram anunciados no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

Neste sentido parece importante registrar a participação do Museu Nacional no processo de divulgação científica e instrução popular que ocorreu no final do século XIX e que, apesar de sua curta duração, marcou um significativo momento não só no estudo da história natural no Brasil, como também para a própria história do Museu Nacional.

Os Cursos Públicos do Museu Nacional

O "Regulamento" do Museu Nacional, instituído em 1842, em seu artigo 8^o, parágrafo 5^o, estabelecia

Revista da SBHC, n. 15, p. 79-88, 1996

que: "Aos Diretores do Museu incumbe dar um curso anual das ciências relativas às suas seções, à vista dos respectivos produtos, segundo as instruções do governo" (Regulamento Nº 123 de 3 de fevereiro de 1842).

Apesar dos esforços do então diretor, Frei Custódio Alves Serrão², idealizador do novo "Regulamento", o curso não foi estabelecido naquela época e, quando o mesmo deixou a direção do Museu em 1847, seu projeto de ensino não fora realizado. Mesmo nas gestões subseqüentes, o Museu apenas abriu suas portas em umas poucas ocasiões para conferências isoladas ou para que cursos públicos gratuitos fossem ministrados em suas dependências, como os de "Medicina Legal", dado pelo Dr. Francisco Ferreira de Abreu³ (AAHC-MN, Pasta 3, Doc. 158) de "Geometria, Ótica e Eletricidade" dado por Pedro Alcântara Lisboa em 1850-52. (AAHC-MN, Pasta 4, Doc. 29, 1851) Em nenhum momento, contudo, o staff do Museu esteve envolvido com tais cursos públicos.

Em 1875 assumiu a direção do Museu Ladislau de Souza Mello Netto, que já vinha atuando como Diretor da Seção de Botânica e Agricultura desde 1866, e como diretor interino da instituição desde 1872 (AAHC-MN Pasta 11, Doc. 13). Ladislau Netto vinha há muito tentando sensibilizar a classe política para a relevância da atuação da instituição científica Museu Nacional, que ele corretamente reconhecia como geradora de conhecimentos em nível nacional e internacional.⁴

Decidido a tirar o Museu da fase obscurantista em que dizia se encontrar, L. Netto tentou já em 1874, reativar o antigo Laboratório Químico, que tinha sido criado pelo diretor do Museu, o médico João da Silveira Caldeira (AAHC-MN, Pasta 1, Doc. 35). Este laboratório, que se achava desativado há cerca de doze anos, havia sido de grande utilidade prática para o Museu, pois, nele eram realizadas análises mineralógicas e botânicas⁵. Era intenção de Ladislau Netto reiniciar as análises químicas que estavam sendo feitas no Laboratório da Faculdade de Medicina da Corte.

Contudo, ao tentar, junto ao Ministério da Agricultura, obter verbas para a reativação do Laboratório, foram cobradas de Ladislau Netto as funções de ensino negligenciadas pelos antigos diretores. Como oficiou o Ministro:

"Concebo, observando que as análises devem ser feitas pelo respectivo diretor (da seção mineralógica), cujos trabalhos no Museu não são de ordem tal que lhe não deixem tempo para este serviço, tanto muito quanto é certo que nenhum dos diretores do Museu satisfazem a obrigação que lhes impôs o Regulamento de 1842 de fazerem cursos públicos sobre os assuntos de suas respectivas seções" (Arq. Nac. IE7 64, 3 de fevereiro de 1874).

A cobrança do Ministro desencadeou o processo que, por mais de uma década, havia marcado o cenário da educação popular na área das ciências naturais na sede do Império.

Após Ladislau Netto ter conseguido, junto ao Ministro, a liberação da sala do Museu ocupada por máquinas da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 6 de julho de 1875 foi finalmente iniciado o programa de "Cursos Públicos do Museu Nacional". Em ofício dirigido ao Ministério da Agricultura em 5 de julho de 1875, L. Netto comunicava:

"Tenho a honra de participar a V. Exa. que amanhã 3ª feira às 8 horas da noite, na presença de Sua Majestade o Imperador, cumprir-me-á o dever, na qualidade de Diretor deste Museu, de dar princípio ao curso público que nos é imposto pelo regulamento vigente, devendo

2. Frei Custódio Alves Serrão (1799-1873). Maranhense, formado pela Universidade de Coimbra, ingressou no Museu em 1828 para exercer o cargo de diretor, onde atuou até 1847. Foi também professor da Academia Militar de 1826-1847. (Rheinboldt, 1994:81).

3. Para maiores detalhes ver Rheinboldt, op.cit.

4. Ladislau Netto já em 1870, publicou um livro sobre a história do Museu com ênfase no acervo da instituição. Era então sua intenção divulgar o Museu internacionalmente. (Netto, 1870).

5. Documentação referente às análises químicas feitas no Museu está depositada no Arquivo Administrativo, Histórico-Científico da Instituição, Pastas de nº 1 a 6.

tratar do ensino da Botânica como Diretor da respectiva Seção ..." (Arq. Nac. IE7 65, 1875).

Assim sendo, entre 6 de julho e 7 de outubro daquele ano, foram ministradas no Museu Nacional 4 palestras sobre botânica, 4 sobre zoologia, 2 sobre arqueologia e etnografia e 1 sobre mineralogia que, segundo Ladislau Netto, não pode ser terminada por problemas de saúde do palestrante, o "ilustrado Sr. Dr. J. M. da Silva Coutinho" (Arq. Nac. IE7 65, 15.X.1875).

A repercussão junto ao público e à imprensa foi extremamente favorável, tendo deixado Ladislau Netto entusiasmado com essa nova função do Museu. Em ofício dirigido ao ministério ele agradece a "acertada deliberação tomada pelo Governo Imperial de mandar por em execução este curso determinado pelo regulamento vigente..." (Arq. Nac. IE7 65, 15.X.1875).

Em fevereiro de 1876 foi inserido no novo Regulamento do Museu, no Capítulo referente a cursos públicos, prazo para o início e término dos mesmos (1º de março e 31 de outubro, respectivamente), havendo ainda as recomendações de que cada matéria fosse ministrada ao menos uma vez por semana e que o tema da aula fosse previamente anunciado no Diário Oficial (Regulamento nº 6116 de 9.II.1876). Note-se que, durante os anos seguintes, os cursos populares do Museu representaram para Ladislau Netto uma das atividades prioritárias da instituição.

Em 10 de março de 1876, foi anunciado no Jornal do Commercio:

"Os cursos públicos de história natural, autorizados na recente organização do Museu Nacional, serão inaugurados hoje, às 7 horas da noite, pelo Sr. Dr. Ladislau Netto, diretor geral do Museu Nacional e professor da cadeira de botânica do mesmo Museu."

"Estes cursos, de que já houve um ensaio ano passado, são destinados à instrução das classes estranhas ao estudo da história natural, das senhoras, dos homens de letras, dos empregados públicos, do povo, enfim, que poderá utilizar deste modo uma hora desocupada da noite em proveito da sua instrução.

"Os nomes do pessoal encarregado do ensino do museu dispensam-nos de dizer o que esperamos de tão importante instituição, em favor do público e da instrução superior do país".

Os cursos abrangiam as disciplinas de Botânica, Agricultura, Geologia, Mineralogia Antropologia e Zoologia. e eram ministrados pelos respectivos diretores das seções que compunham a estrutura organizacional do Museu. Na época, faziam parte dos quadros do Museu os seguintes funcionários: na 1ª Seção de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada e Paleontologia, os médicos João Joaquim Pizarro como diretor, e João Batista de Lacerda Filho como sub-diretor; na 2ª Seção de Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal, Ladislau de Souza Mello Netto como diretor, e o médico Nicolau Joaquim Moreira como sub-diretor; na 3ª Seção de Ciências Físicas, Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral, o geólogo norte-americano Charles Frederick Hartt como diretor, e Carlos Luiz de Saules Junior como sub-diretor.

Todos os diretores e sub-diretores de Seção iniciaram seus respectivos cursos logo após ao de Ladislau Netto, tendo os resumos dos mesmos, à exceção do curso de João Joaquim Pizarro, sido publicados no Jornal do Commercio.

O "Curso de Botânica", ministrado por L. Netto, tratava inicialmente em seu programa da anatomia, morfologia dos vegetais e sua fisiologia. Para os anos posteriores tinha Netto a intenção de prosseguir com "os estudos da botânica sistemática sob o ângulo da geografia botânica salientando a natureza mineralógica do solo, as formas e os hábitos dos vegetais" (AAHC-MN, Pasta 16, Doc. 46).

A idéia central do Curso de Botânica não se diferenciava da do "Curso de Agricultura", iniciado em 1877 e ministrado pelo médico Nicolau Joaquim Moreira, sub-diretor da Seção de Botânica. O Curso de Agricultura enfocava as relações da agricultura e as ciências naturais básicas e, enfatizando o estudo das plantas industriais e de alimentação, propunha-se a "*examinar as partes constitutivas do vegetal sob o ponto de vista anátomo-fisiológico e as operações que sobre ela se podem praticar com o fim de propagar e melhorar os vegetais*" (AAHC-MN, Pasta 17, Doc. 29).

O "Curso de Antropologia" ministrado por João Batista de Lacerda, tratava em seu programa do "*estudo da anatomia e fisiologia do homem e o estudo das raças humanas, principalmente das raças da América, tocando incidentalmente nas questões da herança, mestiçagem e aclimação*" (Arq. Nac. IE7 65, 13.V.1877). Complementarmente ao curso de Lacerda, o programa do "Curso de Zoologia", ministrado por João Joaquim Pizarro, contava a discussão da "*história dos animais, o estudo das classificações, e os caracteres anatômicos e fisiológicos que eram os indicadores das diferenças dos quadros taxonômicos*" (AAHC-MN, Pasta 16, Doc. 45).

É significativo o fato de os programas destes cursos salientarem a fisiologia no estudo das ciências naturais, importância esta que foi corroborada com a criação do Laboratório de Fisiologia do Museu em 1880, sob a direção do professor francês Louis Couty (Ofício de 17 de janeiro de 1880 - AAHC-MN- Pasta 19, Doc.1).

O "Curso de Mineralogia" ministrado por Carlos Luiz de Saules Junior, a partir de 1876, apresentava como proposta para o seu segundo ano, um programa de caráter mais prático do que teórico. Tratava inicialmente do estudo da nomenclatura das espécies minerais e, em seu seguimento posterior começava a estudar cada mineral individualmente, indicando a importância industrial das principais jazidas, com uma sumária exposição dos principais métodos de exploração (AAHC-MN, Pasta 16, Doc. 39). Apesar da boa repercussão pública do Curso de Mineralogia, o mesmo foi interrompido em 1878 devido ao súbito falecimento de Saules Junior.

O "Curso de Geologia", sob a coordenação do geólogo norte-americano Charles F. Hartt em 1876, sofreu também uma interrupção logo após o seu início, devido à exoneração do mesmo do seu cargo no Museu, em 1877. Somente em 1879, quando foi contratado o então também geólogo norte-americano Orville Derby para ocupar a diretoria da Seção de Geologia e Mineralogia do Museu, foi que se tentou normalizar outra vez os cursos de geologia e mineralogia (AAHC-MN, Pasta 18, Doc. 79, 1879). Mesmo assim, logo após ter sido contratado, O. Derby, em 1879, teve que ausentar-se do Museu para acompanhar a Comissão Hidrográfica do Rio São Francisco (AAHC-MN, Pasta 18, Doc. 97, 1879), só iniciando seu "Curso de Geologia" em 1880.

Preocupação adicional foi a de tornar as palestras assimiláveis pelo grande público. Para tal, eram utilizados pelos palestrantes material didático variado, que incluía espécimes, murais e, em uma das preleções de Hartt, até mesmo um projetor de imagens foi utilizado, como registrado no Jornal do Commercio de 27 de outubro de 1876. Para as demonstrações práticas, contavam os palestrantes com a assistência dos praticantes e preparadores do Museu Nacional (Arq. Nac. IE7 66, 01.III.1879).

Sobre a 1a. conferência proferida pelo geólogo C. Hartt lê-se:

"Perante numeroso auditório no qual se viam algumas senhoras, fez o Sr. Dr. Hartt ... a sua primeira conferência sobre esta ciência (geologia). Narrando a história da terra antes de sua formação, mostrou o professor que no princípio era a terra uma massa gasosa que se desprendera do sol ... seguindo as grandes idéias que têm dado à ciência moderna um caráter eminentemente sério e racional, fez ver que o estado atual do nosso globo não é senão o resultado de uma evolução extremamente lenta, gradual e progressiva ... Por meio de desenhos assaz claros, conquanto toscos e incorretos, como não poderiam deixar de ser em semelhante ocasião, mostrou o ilustre professor como se lê esse livro geológico... e

mostrou ao auditório um belo espécime de rocha aplanada pela ação lenta da geleira ...”.
(Jornal do Commercio, 19.III.1876)

Analisando o resumo da conferência de Hartt, pode-se avaliar o nível de excelência que se procurou dar às preleções. A preocupação de trazer à público novas idéias e conceitos científicos foi uma constante na administração do então diretor do Museu, que no Regulamento interno da Instituição de 1879, especificava no artigo 36º o seguinte:

“Os professores serão obrigados a tratar da matéria ou matérias compreendidas em suas cadeiras no seu mais moderno e elevado desenvolvimento ...”

Cabe registrar que o rigoroso projeto de Ladislau Netto, de incumbir cada uma das Seções de uma palestra semanal, não pode ser levado adiante em virtude do curto intervalo entre as preleções que não permitia tempo hábil para a preparação adequada das mesmas. Em decorrência disto, em de 25 de abril de 1876, Ladislau Netto dirigiu um ofício ao Ministério solicitando que as preleções se realizassem a intervalos maiores.

As polêmicas frente às novas teorias sobre a evolução dos seres vivos

Às conferências populares que, como mencionado acima, tiveram início em período de reformas políticas e sócio-culturais no Brasil, originaram discussões relativas às novas teorias científicas lançadas à época, principalmente a teoria da transformação das espécies, proposta pelo naturalista inglês Charles Darwin (1859; 1872) (Collichio, *ibid.*). Neste contexto, darwinistas como o médico Miranda de Azevedo, o professor de botânica da Escola de Medicina, Joaquim Monteiro Caminhoá, o editor da Revista de Horticultura, Frederico de Albuquerque, ou o doutor João Joaquim Pizarro, diretor da Seção de Zoologia do Museu Nacional, tiveram oportunidade de expor - e defender - a teoria sobre o evolucionismo biológico que estava então sendo calorosamente discutido na Europa e nos Estados Unidos.

Em seu curso de Zoologia, o palestrante do Museu Nacional, J. Pizarro, como excelente orador que era, costumava escandalizar o auditório durante as suas preleções sobre a “*Teoria da Evolução*”, enfatizando as semelhanças entre o homem e o macaco. Segundo Lacerda (1905: 60), o impacto produzido em algumas das senhoras presentes fazia-as “desertar do Museu”, e com isso comprovar a “impossibilidade de reconciliar-se a ciência com a vaidade feminina e com os preconceitos humanos”.

Já Ladislau Netto, um defensor das idéias transformistas de Lamarck (vide Netto, 1878), foi duramente criticado durante suas palestras em artigos da Revista de Horticultura, publicados pelo editor Frederico Albuquerque⁶, que questionava principalmente as críticas do diretor do Museu Nacional ao trabalho de Charles Darwin e Joseph Hooker sobre plantas carnívoras⁷. De fato, numa de suas preleções, Netto teria afirmado contundentemente sobre os dois célebres naturalistas ingleses:

“... que os sábios mais respeitáveis têm todos o seu ponto vulnerável, quando só trabalham para apoio de uma idéia fixa, de um sistema que defendem. Tudo lhes serve de argumento, que a ignorância e o charlatanismo exageram sempre...” (Albuquerque, 1876: 63).

Ao escrever sua crônica para a Revista de Horticultura, Albuquerque saiu em defesa dos ingleses, questionando até mesmo os conhecimentos botânicos de L. Netto e dirigindo-lhe as seguintes críticas:

6. Frederico Albuquerque, natural do Rio Grande do Sul, trabalhou como adjunto da Seção de Botânica do Museu Nacional em 1875. Foi redator da Revista de Horticultura durante os anos de 1876-1879. Para maiores detalhes ver Lacerda (1905), e Blake (1970).

7. Segundo Albuquerque (1876: 64), Netto não criticou o botânico inglês Joseph Hooker por seu reconhecido conhecimento botânico, mas apenas por seu trabalho sobre plantas carnívoras apresentado na British Association of Belfast em 1874.

"...S.S. já vai sem dúvida desconfiando que contra sua opinião e sentença, acreditamos que há plantas que comem animais ... e S.S. é assaz modesto para não se julgar ofendido por neste assunto darmos preferência à opinião do Dr. Hooker e de Darwin, o que fazemos pela razão mais simples possível, a de serem dois contra um, além de que, se é verdade o que dizem as gazetas, qualquer deles parece ser, nesta matéria, mais especialista que S.S." (Albuquerque, 1876: 84).

As restrições que Albuquerque fazia à Ladislau foram novamente levadas à público em 1878, quando o primeiro voltou a criticar duramente a cadeira de botânica do curso do Museu:

"Da outra cadeira, a de Botânica, também assistimos a uma lição ... sentimos não poder dizer a respeito desse curso o mesmo que do de Agricultura; se este pode e deve prestar serviço ao país, aquele só promete serviços aos seus assistentes; a primeira condição do professorado é, sem dúvida alguma, que o professor conheça a matéria que vai lecionar, e sem procurar atuar na opinião de que goza entre nós o Sr. Ladislau Netto, força é reconhecer que ele não é mais competente para ocupar o lugar onde, por ordem natural das nossas coisas, foi colocado por graça... do nosso governo... a nossa terra é o país do absurdo, e o Sr. Netto é a mais prova dessa verdade..." (Albuquerque, 1878: 82).

Paralelamente ao curso de Netto, em 1876 era oferecido o curso popular de botânica nos salões das Escolas da Glória, pelo professor Joaquim Monteiro Caminhoá. Para promover este curso, o Jornal do Commercio de 9 de agosto de 1876 anunciava:

"Tem lugar amanhã às 6 1/2 da tarde nos salões do edifício das Escolas da Freguezia da Glória, o primeiro de um instrutivo curso popular e prático de botânica, do qual encarregou-se o ilustrado professor de botânica da Faculdade de Medicina, o Sr. Dr. Joaquim Monteiro Caminhoa. Haverá uma preleção por semana sempre que se anunciar. O fim deste curso é estudar as aplicações da botânica e seus usos econômicos, medicinais e agrícolas. Torna-se portanto um complemento do curso geral do Museu".

Confrontando, no entanto, os resumos das preleções de Caminhoá, publicados no Jornal do Commercio de agosto a outubro de 1876, com os do curso de Ladislau Netto, verifica-se que ambos igualavam-se nitidamente em conteúdo, sugerindo assim que as preleções de Caminhoá objetivavam, em realidade, questionar as posições científicas de L. Netto. Este último, em 1876, abordou em seu curso temas relacionados à anatomia e morfologia vegetal (Arq. Nac. IE7 65, 13.V.1877), assuntos igualmente discutidos por Caminhoá em suas preleções nas Escolas da Glória naquele mesmo ano.

As polêmicas geradas à época dos cursos - eventos que, como registrou Lacerda (1905), eram prestigiados por "*uma sociedade distinta e escolhida, sendo raro que ali faltasse com a sua presença e animação o Imperador, professores, deputados, senadores, altos funcionários públicos, damas da alta sociedade, [que] lá iam nos dias marcados ouvir sobre os diferentes ramos das ciências naturais*" -, foram gradativamente perdendo o impacto em virtude da descontinuidade das preleções proferidas pelos funcionários do Museu Nacional. Para atender suas obrigações como naturalistas do Museu Nacional (como atividades de pesquisa e a organização das coleções), os palestrantes gradualmente deixaram de priorizar os cursos públicos, o que ocorreu apesar da boa receptividade que tiveram os mesmos por parte do público e da imprensa, e do esforço do diretor do Museu que, inclusive, havia providenciado a melhoria das acomodações para a audiência. Em 1882, as preleções foram suspensas por um ano devido aos preparativos para a inauguração, em julho daquele ano, da Exposição Antropológica Brasileira que se realizaria no Museu. A regularidade dos cursos se tornou cada vez mais problemática, comprometendo-se

ainda mais no ano seguinte (1883), quando foram exonerados de suas funções no Museu os professores João Joaquim Pizarro, da Cadeira de Zoologia, e Nicolau Joaquim Moreira, da Cadeira de Agricultura.

Considerações finais

Devido às dificuldades para promover as preleções regularmente, Ladislau Netto propôs a substituição dos “cursos regulares” por “conferências extraordinárias”, em que “cada professor se limitasse a expor trabalhos próprios ou a apresentar sinopses gerais dos mais elevados assuntos de ciência transcendente atual” (Netto, 1886 apud Lopes, 1993).

Desta forma, L. Netto conseguiu que, no novo Regulamento do Museu Nacional de 25 de abril de 1888, fossem extintos os cursos públicos e apenas promovidas conferências extraordinárias. Somente na República, em 1911, por iniciativa do então diretor, João Batista de Lacerda, os cursos públicos foram novamente inseridos no estatuto do Museu (Decreto n. 9.211 de 15 de Dezembro de 1911).

A forte repercussão dos cursos públicos de ciências naturais ministrados pelos diretores e sub-diretores no Museu Nacional, bem como as polêmicas que suscitaram junto aos seus pares, como se pode observar nos periódicos da época, demonstra o forte apelo que alcançavam os temas científicos. Seria mesmo o tempo do cientificismo no Brasil? Segundo a conclusão do diretor do Museu no início deste século, João Batista de Lacerda, os cursos públicos inscreviam-se nos objetivos institucionais e, o Museu Nacional vinha desempenhando plenamente o seu papel científico e cultural, enquanto promotor das ciências naturais a nível popular. No seu livro sobre a história do Museu Nacional publicado em 1905, Lacerda, referindo-se aos museus de história natural e antropologia, sublinhava:

“Os museus não são unicamente destinados a exhibir coleções, mais ou menos bem coordenadas e classificadas. Eles visam também instruir o público com o auxílio dessas coleções, e a maneira de tornar efetiva essa instrução, baseada no conhecimento prático dos objetos, é dá-la mediante conferências públicas...”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Frederico de. Curso do museo. *Revista de Horticultura*, v.1, n.4, p.61-64; v.1, n.5, p.81-84, 1876.
- _____. Conferencia do museo. *Revista de Horticultura*, v.3, n. 29, p. 81-83, 1878.
- BLAKE, Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [1898] 1970. 4 v. (Reimpressão Cons. Fedl. de Cultura)
- BRASIL [Decreto n. 6116]. Decreto n. 6116 de 9 de fevereiro de 1876: Regulamento do Museu Nacional. *Arquivos do Museu Nacional*, v. 1, p. 9-11, 1876.
- COLLICHIO, Terezinha Alves Ferreira. *Miranda Azevedo e o Darwinismo no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988. 167p.
- CONFERÊNCIAS DO MUSEU. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, mar./out. 1876-1879.
- DARWIN, Charles. *On the Origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. London: John Murray, 1859.
- _____. *The descent of man*. London: John Murray, 1872.
- FONSECA, Maria Rachel Fróes da. As “Conferências populares da Glória”: a divulgação do saber científico. *Manguinhos*, v.2, n.3, p. 135-166, 1996.
- JORNAL DO COMMERCIO. Gazetilha. Rio de Janeiro, 16.V.1876; 07.VII.1876; 09.VIII.1876.
- LACERDA, João Batista de. *Fastos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, 188 p.

Revista da SBHC, n. 15, p. 79-88, 1996

- LOPES, Maria Margaret.** *As Ciências Naturais e os Museus no Brasil no Século XIX*. São Paulo: Depto. História, FFCH/USP, 1993. 363 p. Tese de doutorado
- MOREIRA NETTO, Ladislau de S.** *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1870. 310p.
- _____. Resumo do Curso de Botânica do Museu Nacional em 1878 pelo respectivo professor. *Archivos do Museu Nacional*, v. 3, p.185-199, 1878.
- MUSEU NACIONAL (Brasil).** Museu Nacional: Regulamento, Rio de Janeiro, 1842.
- MUSEU NACIONAL (Brasil).** Museu Nacional: Regulamento que baixou o decreto n. 9.211 de 15 de dezembro de 1911. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, 14p.
- RELATÓRIO ANUAL DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DO IMPÉRIO.** Rio, Typographia Nacional, 1833.
- RELATÓRIO ANUAL DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DO IMPÉRIO.** Rio, Typographia Nacional, 1836.
- RHEINBOLDT, Heinrich.** A Química no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. [org.] *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, [1955] 1994. p.11-108.
- TELLES, Pedro.C. da Silva.** *História da engenharia no Brasil (sécs. XVI a XIX)*. Rio de Janeiro: Livraria Técnico Científica Editora. 510 p.

Documentos Manuscritos Consultados

Arquivo Administrativo Histórico-Científico do Museu Nacional - (AAHC-MN)

- Pasta 1, Doc. 2, 1818;
Pasta 1, Doc. 35, 1824;
Pasta 3, Doc. 158, 1850;
Pasta 4, Doc. 29, 1951;
Pasta 11, Doc. 13, 1972;
Pasta 16, Docs. 45 e 46, 1877;
Pasta 17, Doc. 35, 1878;
Pasta 18, Docs., 79 e 97, 1879
Pasta 19, Doc. 01, 1880
Arquivo Nacional (Arq. Nac.)
IE7 64, 1874;
IE7 65, 1875;
IE7 66, 1879;
IE7 66, 1880.

Artigo recebido em outubro de 1996

MAGALI ROMERO SÁ é Doutora em Filosofia da Ciência pela University of Durham, Inglaterra
Endereço: Museu da Vida/COC/FIOCRUZ. Av. Brasil, 4635, 21040-360 - Rio de Janeiro, Brasil
Tel: (55 21) 598 4343 R. 220/221

HELOISA MARIA BERTOL DOMINGUES é Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, USP/SP
Endereço: Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST/CNPq, Rua General Bruce, 586 - 20921-030
Rio de Janeiro, Brasil
Tel: (55 21) 580 7010 R. 216

Revista da SBHC, n. 15, p. 79-88, 1996